

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DE BASE: HISTÓRIAS, DILEMAS E DESAFIOS.

Emilio Gennari – parte 1.

Apresentação.

Já faz parte do senso comum a idéia de que os sindicatos estão em crise. Alguns estudiosos atribuem às transformações implementadas no mundo do trabalho tanto a origem como a razão de ser das dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical; outros preferem sublinhar as responsabilidades de suas direções ou vêem o que está acontecendo no Brasil como a manifestação local da fase de refluxo das lutas operárias, comum a todos os países. A sensação que toma conta de quem se aproxima destas teses flutua entre a impotência e o gosto amargo das seguidas derrotas que imobilizam a classe e levam grande parte de seus membros a se conformar com a realidade.

Disposta a aproveitar de nossas fragilidades, a elite confirma estas percepções e apresenta as lutas do passado como a busca insensata de algo que desafia as leis da natureza e, de conseqüência, só pode destinar ao fracasso os esforços empreendidos. Ao sonho de uma sociedade da qual seja banida toda forma de exploração, seus intelectuais contrapõem a idéia de que qualquer proposta, para vingar, deve ser viabilizada respeitando os limites da ordem existente. Reafirmando veladamente os interesses dos de cima, estas intervenções procuram apagar a memória da classe trabalhadora e desqualificar sistematicamente a luta para viabilizar os projetos de mudança que tentam romper as relações de propriedade existentes.

Na contramão das posições dominantes e cientes dos desafios impostos pelo presente, nós decidimos olhar para trás. Nosso gesto não está à procura de um refúgio seguro em saudosos momentos do passado e, muito menos, visa criar termos de comparação para lamentar as derrotas do presente. Ao olhar para trás pretendemos tentar compreender como e porque os setores combativos do sindicalismo urbano brasileiro vieram a ser o que são.

O esforço de resgatar algumas formas de organização que permearam a história da classe trabalhadora busca ajudar a visualizar nossos erros e acertos, colocar o dedo nas feridas que procuramos esconder de nós mesmos e, sobretudo, aprimorar os instrumentos com os quais afirmamos a necessidade de continuar lutando para que o cotidiano de sofrimento seja pelo menos um passo mais próximo do futuro de liberdade e justiça que pretendemos construir. Nesta longa jornada, nos propomos a resgatar os esforços dos que vieram antes de nós, a fazer tesouro de suas experiências e reflexões, a perceber o alcance e os limites de suas lutas deixando emergir os elementos que podem aprimorar os caminhos da nossa resistência.

Aqui, você que é nosso leitor ou leitora não vai encontrar uma seqüência detalhada de datas, fatos e personagens, típica dos livros de história. A preocupação em resgatar o cenário em que ganham vida as experiências de organização de base não passa do necessário para permitir a compreensão e o alcance de cada momento de luta que estas tornaram possível. Para facilitar ainda mais a leitura, voltamos a lançar mão de um artifício literário já utilizado em outras ocasiões. No lugar de longas explicações, teorizações e detalhadas notas de rodapé, a coruja Nádia, assume a tarefa de reconstruir os acontecimentos dialogando com o secretário encarregado de redigir suas palavras.

Como o mundo das aves sabe que o rigor acadêmico impede às pessoas comuns de terem acesso ao saber, e é nelas que nós estamos pensando ao redigir as páginas que seguem, o cuidado com a pesquisa e a reconstrução dos fatos foi usado como elemento que possibilita traduzir em linguagem simples e direta o que os livros de história não relatam, o que a elite faz questão de fazer esquecer e o que nós, trabalhadores e trabalhadoras, precisamos urgentemente recuperar para segurar as rédeas do presente e definir os rumos do futuro.

Introdução.

Noite de sábado. O violento temporal que desaba sobre a cidade deixa os bairros da periferia na mais completa escuridão. Entre um raio e outro, as pessoas tateiam em busca de uma luz que alivie a angustia trazida pelo súbito irromper das trevas.

Os planos de lazer, cuidadosamente alimentados na dura semana de trabalho, acabam de ir, literalmente, por água abaixo. A frustração e o desconcerto predominam sobre o que é ainda possível remediar à tímida luz das velas. Em poucas horas, porém, até este tênue fio de esperança vai esmorecendo com o apagar de suas chamas. A vida parece mergulhar num sono profundo.

São poucos os lares onde ainda há alguém que teima em se manter acordado. Num deles, os olhos são atraídos pelo frenético tremular de uma pequena chama. As sombras que se projetam nos vidros pontilhados pela chuva deixam entrever que há alguém discutindo.

Curiosas, as pernas se aproximam da janela. Mais alguns passos e os sentidos são surpreendidos por uma cena inesperada. Frente a frente, uma coruja protege com suas asas a chama que um homem corpulento procura apagar.

- "Você não vai fazer isso!", ordena o pequeno ser em voz firme e forte.

- "Vou sim!", retruca o humano elevando o tom de voz. "Não há porque ficarmos acordados quando todos dormem!".

- "Que maravilha!" – responde a ave em tom irônico. "No lugar de resistir, você prefere ser como o gado que, seguindo o berrante, baixa a cabeça e vai direto para o matadouro!".

- "Mas, Nádia, estão todos dormindo e com esta luz fraca não dá pra enxergar quase nada. Por que justo eu devo agüentar seu relato sobre a história dos sindicatos? Ficar no escuro já é difícil, mas preencher a falta de luz com questões de política é um porre que ninguém merece!".

Um longo instante de silêncio evidencia o abismo que separa a coruja do que aparenta ser o seu secretário. Sem desfazer o abraço com o qual as asas protegem cuidadosamente a chama da vela, a ave pisca os olhos, estufa o peito e diz:

- "Querido bípede, o fato da maioria desistir da luta não é algo que me espanta. Assim como um punhado de fermento faz crescer uma massa bem maior, a organização de base tem condições de voltar a pôr em movimento uma classe que parece paralisada. O que sua cabeça de vento não quer entender é que, ao deixamos de agir, os problemas se avolumam, as contradições que os alimentam se tornam maiores e, no lugar de sairmos do sufoco, mergulhamos na apatia e nos tornamos vítimas do próprio desenrolar dos acontecimentos. Enquanto o povo dorme, a elite tece a trama que aprimora sua submissão e proporciona o cotidiano realizar-se dos interesses de classe que lhe permitem viver às custas do nosso suor.

Como a maior parte das pessoas, você espera que alguém resolva os problemas sociais, torce para que as coisas se ajeitem com o simples passar do tempo e não percebe que o seu dia-a-dia depende de decisões políticas das quais os de cima fazem questão que você e os demais se mantenham afastados. Assim como a luz elétrica não vai voltar se ninguém consertar os estragos do temporal, de nada adianta os trabalhadores aguardarem sentados as soluções que eles precisam moldar para que a vida possa brilhar para todos.

Trabalhar na escuridão não é fácil, mas é necessário. O risco de tropeçar é grande, as dificuldades se multiplicam, mas é no coração da noite que somos chamados a preparar os passos de um novo amanhecer".

Vencido e ainda inconformado, o ajudante arruma a resma de papel sobre a qual se projeta a sombra cinzenta da coruja. Ajeitados os óculos, os dedos distraídos deixam a caneta cair repetidamente no branco lençol das folhas.

Certa da vitória, Nádia recolhe as asas que, momentos antes, serviam de abrigo à pequena chama da vela. Entre os gestos frenéticos em que ave e homem parecem continuar sua contenda, o silêncio da noite é rompido pelas palavras que marcam o início dos trabalhos:

- "Escreva! Capítulo Primeiro..."

1. Das primeiras reações operárias ao nascimento dos sindicatos.

- Para podermos entender as respostas iniciais da classe trabalhadora às investidas da exploração que vai se consolidando no interior das fábricas – diz a

coruja ao apontar a asa para a luz trêmula que brilha diante dela – precisamos voltar no tempo e reconstruir em grandes linhas as mudanças que ocorrem na produção da riqueza".

- "Isso vai longe..." resmunga o secretário sem esconder sua irritação.

- "Vai" – responde a ave sem perder a compostura. "Na Europa do século V, a quase totalidade da população mora em áreas rurais. As famílias vivem do que suas roças conseguem produzir e do que seu trabalho cria para dar conta das necessidades diárias.

As principais preocupações estão voltadas para o consumo pessoal e não para a compra e venda em amplas relações de mercado. A maior parte das horas é gasta na produção de alimentos sendo que, durante o inverno, a impossibilidade de lavrar a terra faz com que as famílias dediquem grande parte do tempo a produzir tecidos, roupas, utensílios domésticos, móveis e tudo o que precisam para um mínimo de conforto. Em breves palavras, cada camponês é também um pequeno artesão na medida em que se arranja como pode para garantir o bem-estar de sua família.

Cinco séculos depois, devido ao crescimento da população, à expansão das pequenas cidades que ganham vida no âmbito da sociedade feudal e às exigências do clero e dos nobres, a produção não-agrícola passa a ser realizada por mestres artesãos independentes que contam com a ajuda de dois ou três empregados. Donos das matérias-primas e das ferramentas, eles conhecem e realizam cada parte do processo de trabalho, cuidam da distribuição das tarefas entre os aprendizes, decidem os modelos, preços e prazos de entrega das mercadorias produzidas, atendem diretamente aqueles que procuram seus serviços e defendem o seu ofício através de corporações que atuam em nível local com regras e proibições zelosamente respeitadas pelos seus integrantes. Este sistema de produção que perdura durante toda a idade média, funciona sem grandes sobressaltos enquanto o mercado a ser atendido é pequeno e estável.

Apesar da aparente ausência de conflitos, várias contradições começam a marcar presença. Ao limitar a criação de novas oficinas com o objetivo de impedir a concorrência com os artesãos já instalados, as corporações acabam transformando os ajudantes que cresceram na profissão não em futuros mestres artesãos, mas em eternos aprendizes que, para abrir seu negócio, são obrigados a se transferir para regiões distantes onde não há regras a cumprir e o mercado é pouco promissor.

Na medida em que o comércio ganha novos horizontes, a crescente demanda de produtos pelos mercadores entra em choque com a forma de produzi-los. Comerciantes e intermediários já não podem conviver com os limites impostos pelas corporações de ofício.

Para driblar as normas locais que impedem a expansão das oficinas, a manufatura começa a ser transferida das cidades para as regiões onde não vigoram as regras estabelecidas nos grandes centros. Com esta mudança, o artesão mantém a posse das ferramentas necessárias, mas perde o controle sobre a matéria-prima que passa a ser fornecida por um empreendedor que também serve de elo com o consumidor final. Parece pouca coisa, mas já é o bastante para minar o poder de barganha de quem produz. Agora, é quem

fornece os materiais a ditar os modelos, a exigir as quantidades e a fixar os prazos, do contrário, este pode sempre entregar o serviço a outros artesãos deixando os primeiros a ver navios.

Na medida em que as mudanças vão ganhando corpo, a necessidade de dar conta da produção exigida tende a introduzir certa divisão das tarefas, ainda que todos os envolvidos no processo de trabalho saibam atuar em cada uma de suas etapas".

- "Quer dizer, então, que, por enquanto, o artesão continua mandando já que em sua oficina ele pode ir fazendo as coisas do seu jeito...", conclui o homem na tentativa de apressar os tempos da exposição.

Impermeável à pressão do ajudante, Nádia balança a cabeça em sinal de afirmação e, sem perder o fio da meada, acrescenta:

- "Mas isso é por pouco tempo. De fato, do século XVI ao XVIII, a crescente ampliação dos mercados e, de conseqüência, da demanda de mercadorias, levam à implantação do sistema fabril. Mais do que falar em grandes galpões com chaminés e centenas de empregados, as primeiras fábricas não passam de um cômodo que é de propriedade do comerciante e no qual são reunidas tanto as máquinas como as matérias-primas com as quais vai comandar a produção. À diferença do período anterior, o processo de trabalho passa a ser controlado pelo dono que, por sua vez, fixa um horário a ser cumprido, impõe metas diárias, paga de acordo com a quantidade produzida e disciplina os empregados com a imposição de multas, implacavelmente descontadas do ordenado.

Num primeiro momento, por utilizar as ferramentas típicas de qualquer oficina artesanal, operários e operárias ainda contam com o conhecimento do ofício para se defenderem dos abusos de seus novos patrões. Ao saber lidar com todas as fases do processo de produção, os artesãos recém-transformados em tarefeiros assalariados não podem ser substituídos de uma hora pra outra e, em caso de descontentamento, não hesitam em vender seus serviços a outro comerciante.

Sob as pressões da crescente demanda de produtos e do descontentamento gerado pelas mudanças nas relações de trabalho, os empresários começam a dividir o processo de produção em operações distintas a serem realizadas sempre por um ou pelo mesmo grupo de trabalhadores. Desta forma, matam dois coelhos com uma pancada só. De um lado, na medida em que o operário desempenha sempre o mesmo conjunto limitado de tarefas, a sua produção cresce ao mesmo tempo em que, de outro, ele pode ser mais facilmente substituído por alguém que, querendo ocupar o seu lugar, pode ser treinado num período de tempo bem mais curto. Ou seja, além de não ter a propriedade dos meios de produção, o assalariado amplia sua submissão ao empregador na medida em que perde o controle sobre o trabalho e vê reduzidas suas possibilidades de resistir ao aumento da exploração.

Apesar de estarmos a mais de um século da administração científica do trabalho, introduzida por Taylor no início do século XX, as mudanças nos processos de produção já trazem em si parte dos elementos que os futuros administradores de empresa irão aperfeiçoar para elevar a produtividade e enfraquecer as lutas operárias".

- "O que não consigo entender, é aonde os patrões acham tanta gente para trabalhar e, ao mesmo tempo, para fazer chantagens com quem não se submete às suas ordens...", indaga o secretário ao coçar a cabeça.

- "Simples!", responde imediatamente a ave ao apoiar o queixo na ponta da asa. "Enquanto as mudanças nos processos de produção ampliam a riqueza que sai das fábricas, outros elementos aumentam a disponibilidade de força de trabalho para a indústria.

Em primeiro lugar, é bom não esquecer que o volume cada vez maior de mercadorias produzidas no mesmo espaço de tempo faz os preços caírem. Por quanto se esforcem, os mestres artesãos e seus auxiliares dificilmente conseguem reunir as condições necessárias para colocar no mercado produtos que podem competir com os que saem das fábricas. Ainda que uma parte deles consiga sobreviver por longo tempo, muitos se vêem obrigados a fecharem as oficinas por falta de compradores.

Um segundo elemento é dado pela expulsão do homem do campo em função da concentração das terras nas mãos dos grandes proprietários. Como os camponeses contam com um direito de posse extremamente limitado, a expulsão deles depende apenas de uma decisão do nobre para o qual trabalham uma parte da semana em troca do acesso ao terreno cultivado para a própria sobrevivência.

Na medida em que a demanda de lã pelas indústrias faz da criação de ovelhas um negócio bem mais rentável do que a produção de comida obtida pelo trabalho gratuito dos camponeses, uma grande quantidade de famílias é expulsa das terras de cultivo e destinada a alimentar as massas humanas que perambulam de um lado pra outro na tentativa de conseguir os meios de se manterem vivas. Como estas pessoas também conhecem vários ofícios e os processos de produção se tornam cada vez mais simples com a divisão em tarefas, o antigo camponês se transforma em força de trabalho a ser aproveitada pela indústria nascente. Ou seja, ao cercar as terras para criar rebanhos de ovelhas que permitam ampliar seus lucros, os latifundiários alimentam, sem querer, o número de desempregados dispostos a trabalharem por qualquer salário.

Se isso não bastasse, a introdução em larga escala da máquina a vapor, na segunda metade do século XVIII, eleva ainda mais a produção por operário, proporciona uma redução do número de atividades essenciais do processo de trabalho e leva à falência tanto boa parte dos artesãos que ainda resistem como um número significativo de empresas que não têm condições de introduzir os novos maquinários".

- "Então, vejamos: produção em alta... Lucro dos proprietários subindo ainda mais... E os trabalhadores? O que é deles?!?", questionam os lábios com a desconfiança típica de quem não espera receber boas notícias.

- "Para alguns autores – diz Nádia ao andar de um lado pra outro da mesa - basta uma única frase para descrever as dramáticas condições de vida e de trabalho em que se encontra a família operária: viver é apenas não morrer. E não faltam motivos para que cheguem a esta conclusão.

Nas fábricas, via de regra abafadas, mal iluminadas e sem as menores condições de higiene, homens, mulheres e crianças se esfolam durante 15-16 horas de trabalho diário. Não se pára nem para comer e qualquer pequeno deslize é punido com multas severas.

Na medida em que a principal preocupação é com as máquinas, ou seja, com o retorno de seus investimentos, e há gente sobrando sempre pronta a ocupar o lugar de quem morre, se acidenta ou é demitido, os salários são extremamente baixos. Com eles tudo o que se consegue comprar não passa de pão, bolachas, batatas, alguns ovos ou peixe defumado, quase nunca carne fresca e leite.

Com a introdução dos novos maquinários e a possibilidade dos mesmos serem operados por um número maior de mulheres e crianças, a força de trabalho masculina, mais cara, passa a ser crescentemente substituída pela feminina e a infantil. Mas, mesmo nos casos em que todos os membros da família são empregados, o salário é tão baixo que sua dieta alimentar não registra nenhuma melhora significativa. Não por acaso, na Inglaterra de 1878, uma pesquisa realizada pela British Association revela que as crianças de 11 a 12 anos que vivem no meio operário são cerca de 12 centímetros mais baixas dos filhos dos burgueses que têm a mesma idade.

Sob a pressão das transformações que ocorrem na produção rural e industrial, as cidades crescem de forma rápida e desordenada. Em seu desenvolvimento, as áreas urbanas proporcionam um crescente processo de segregação que empurra a classe trabalhadora para os bairros pobres das zonas industriais, longe tanto dos centros de negócios e de governo como das áreas residenciais da burguesia. Nas regiões onde se concentram as famílias operárias, a limpeza das ruas, o abastecimento de água e os demais serviços sanitários são praticamente inexistentes. As condições de moradia são as piores possíveis e o elevado preço dos aluguéis leva a uma superlotação dos espaços existentes. Em 1860, na cidade inglesa de Manchester, não é raro encontrar até 15 pessoas de sexos e idades diferentes dividindo o mesmo cômodo no qual, a depender do turno de trabalho, uma parte dos moradores dorme de dia e outra de noite.

A soma de salário baixo, condições de vida precárias e excesso de trabalho tem como resultado a explosão de inúmeros casos de tuberculose, asma, cólera, tifo, raquitismo e alergias aos quais deve ser acrescentada uma longa lista de doenças do trabalho. As epidemias de tifo e de cólera que varrem os bairros operários só começam a preocupar as elites depois de 1848, quando saem deste ambiente e começam a fazer vítimas entre os ricos.

Se isso não bastasse, as desgraças das quais falamos são agravadas pelo alcoolismo em massa, pela prostituição, pelo infanticídio, pelos abortos, pelos suicídios, pelo ambiente de violência e criminalidade que toma conta dos bairros operários e pelos crescentes casos de demência. Na quase totalidade das vezes, estas distorções do comportamento social são tentativas de escapar do destino de serem trabalhadores pobres e humilhados ou, na melhor das hipóteses, de esquecer ou tentar aceitar a própria condição social".

- "E... o Estado não se sensibiliza diante de tamanha situação de miséria?!?".

- "Logo o Estado...", retruca a coruja ao olhar detidamente para o homem sentado à sua frente.

- "Sim. O Estado!", insiste o secretário com ares de quem procura resgatar um elemento da história propositalmente esquecido.

- "O que o seu cérebro não consegue entender é que nesta época não há espaço na máquina estatal para algo que não esteja estritamente voltado aos interesses da elite".

- "Mas como isso é possível se, por exemplo, na França, a revolução que percorre as ruas de Paris exige liberdade, igualdade e fraternidade?!".

- "Uma coisa é o que se diz, outra a que se faz e outra ainda é a história que sai desta relação. Se é verdade que, em 1789, os revolucionários franceses proclamam estes ideais contra os abusos da nobreza e do clero, é também verdade que, após as agitações populares, é a burguesia a colher os frutos das mudanças iniciadas. Derrotada a ordem feudal, desqualificados os valores nos quais se sustentava, potencializadas as possibilidades da nova classe que disputa os centros do poder, o povo que ocupou as ruas e praças da capital francesa volta às suas casas de mãos abanando.

Por outro lado, menos de 20 anos depois, Napoleão Bonaparte promulga um conjunto de normas que legalizam e dão novo alento às aspirações burguesas. Em seus mais de 2000 artigos, o código napoleônico institui a propriedade privada como a conhecemos hoje e garante a proteção legal do Estado para que a burguesia possa extrair dela a maior quantidade possível de benefícios e privilégios. Não por acaso, a legislação recém-aprovada tem apenas 7 artigos que tratam do trabalho enquanto mais de 800 estabelecem as garantias à propriedade privada.

Greves e agremiações operárias são proibidas, ao passo que as organizações empresariais são permitidas em todo o território nacional. Em caso de disputas sobre salários, o direito determina que o depoimento do patrão, e não do empregado, é que deve ser levado em consideração pelo juiz. Nas poucas situações em que há uma intervenção favorável ao operariado, os preceitos legais ou não são cumpridos ou isso só ocorre bem depois da sua aprovação. Por exemplo, a Lei Guizot, de 1841, que visa proteger o trabalho infantil nunca foi aplicada e só em 1893 é que se conseguiu o reconhecimento da jornada máxima de 12 horas para as crianças. Ou seja, as mudanças sociais conduzidas pela burguesia acabam dando origem a normas escritas pelos proprietários com o intuito de proteger suas propriedades e os negócios que estas vêm possibilitar.

Na Inglaterra, as coisas não são diferentes. Durante mais de 25 anos, a lei considera ilegal qualquer tentativa dos trabalhadores darem vida a associações que visem defender seus interesses. Em 1816, na cidade de Stockport, nove chapeleiros são condenados a 2 anos de prisão por conspirarem contra a ordem social. Na sentença, o juiz William Garrow observa: «neste feliz país onde a lei coloca o menor súdito em igualdade com a maior personagem do reino, todos são igualmente protegidos e não pode haver necessidade de se associar. A gratidão nos devia ensinar a considerar um homem como o Sr. Jackson, que emprega de 100 a 130 pessoas, como um benfeitor da comunidade». Para os operários, que procuraram se unir, dois anos de cadeia. Para o dono da firma que, de acordo com o juiz, tão generosamente os emprega, uma menção honrosa.

O comportamento do Parlamento inglês não se distancia muito da atitude que acabamos de descrever. A exploração é amplamente tolerada pela lei e os nobres parlamentares só aprovam às pressas algumas medidas que beneficiam os de baixo somente quando os abusos gritantes dos patrões ameaçam fazer explodir a cólera dos trabalhadores. Ou seja, quando falta pouco para a panela de pressão ir pelos ares, o Estado procura esvaziar o descontentamento social que ameaça a ordem com o reconhecimento de alguns direitos para cuja aplicação, porém, não destina os meios necessários. É assim que, em 1819, o Parlamento britânico aprova uma lei que fixa em 9 anos a idade mínima das crianças destinadas ao trabalho nas fábricas de algodão e reduz a 12 horas diárias a jornada máxima a ser por elas cumprida. Doze anos depois, uma nova lei proíbe o trabalho noturno de menores de 18 anos e, em 1833, estes não podem cumprir uma jornada superior às 48 horas semanais. O problema é que todas estas normas são bem pouco aplicadas. Para você ter uma idéia, a legislação que define o princípio da semana inglesa (36 horas de descanso continuado entre sábado e domingo) data de 1825, mas é necessário esperar até 1890 para que as pressões do movimento sindical levem à sua implantação.

Longe de garantir qualquer tipo de assistência aos que trabalham, em geral, o Estado deixa livre o caminho que leva à ampliação do número de desempregados, aprimora os instrumentos que permitem controlar e reprimir qualquer agitação operária e passa longe de definir patamares mínimos de salário e de condições de trabalho. Esta postura, que garante a permanência das situações degradantes que já descrevemos, é oficialmente justificada por um conjunto de idéias que procuram levar os assalariados a se conformarem com a ordem estabelecida. Alguns exemplos vão nos ajudar a compreender melhor este ambiente no qual a exploração se aprofunda e exime os empresários de qualquer responsabilidade.

No debate sobre o fato da jornada de 14 horas não permitir às crianças a menor possibilidade de aprender a ler e a escrever, setores do empresariado inglês não têm pudores em dizer que o turno das 6.00 da manhã às 8.00 da noite vai fortalecer a moralidade dos futuros operários na medida em que, desde cedo, incute na classe trabalhadora a disciplina do trabalho, a subordinação e a necessidade do esforço pessoal. Quanto à proposta de criar escolas para os pobres, o argumento é de que os operários começariam a desprezar o trabalho braçal e, o que é pior, poderiam ler o material impresso que os incita à revolta, perdendo assim todo respeito para com seus superiores.

Alguns representantes da elite, mais ligados ao ambiente religioso, não titubeiam em afirmar que elevar o salário significaria elevar o alcoolismo, o que prejudicaria ainda mais a moral dos pobres. Além disso, só a frugalidade produzida pela pobreza é que, no entender deles, gera uma profunda sensação de contentamento. Trata-se de um privilégio do qual os ricos não podem desfrutar, pois este prazer genuíno e profundo é algo que se perde em meio à abundância onde não há sensação nenhuma em contar com recursos imensos para dar conta das necessidades vitais.

Outros recriminam aos pobres o fato de casarem cedo (o que é imprescindível em épocas que apontam uma esperança média de vida não superior aos 35-40 anos) e, por isso mesmo, de terem muitos filhos. Em outras palavras, as condições de miséria da maior parte da população teriam como único responsável o comportamento irracional dos próprios miseráveis.

Entre os economistas, encontramos figuras como a de Nassau Sênior para o qual a redução da jornada de trabalho seria algo penoso para os próprios trabalhadores na medida em que o lucro empresarial é produzido justamente na última hora de cada turno. Por isso, a redução do horário na fábrica levaria automaticamente à diminuição dos lucros, ao fechamento das empresas e a uma miséria ainda maior dos próprios operários.

Diante das pressões por aumentos salariais, vários expoentes do pensamento econômico sustentam a idéia de que cada empresário só pode pagar um determinado ordenado a seus funcionários porque já reservou um fundo destinado a esse fim. Qualquer aumento só poderia acontecer se as empresas conseguissem produzir a mesma quantidade de mercadorias com um número menor de trabalhadores ou se as indústrias fossem desobrigadas de pagarem os impostos.

Como um espelho que reflete as imagens vindas das camadas mais baixas da pirâmide social, o conjunto de idéias que os patrões procuram veicular trata de inverter a realidade cotidianamente vivenciada nas empresas. Não é o trabalho a produzir a riqueza, mas sim o capital; não são os trabalhadores que enriquecem os patrões, mas sim são estes a alimentarem e sustentarem as massas empobrecidas e sem iniciativa dando-lhes a oportunidade de trabalhar; a elite não pode ser responsabilizada pelos problemas sociais existentes, pois o único culpado da degradação moral, social e econômica da classe trabalhadora é o seu próprio comportamento.

Some agora todos estes elementos e verá que o operariado é chamado, desde cedo, a aprender uma dura lição: só ele pode fazer vento a seu favor. Só a sua luta econômica e ideológica pode abrir caminhos que forcem a elite a reconhecer algum direito".

- "Pelo jeito, as primeiras reações de trabalhadores e trabalhadoras devem ter sido violentas...", comenta o ajudante ao vislumbrar os possíveis desdobramentos da revolta coletiva que se prepara.

- "Exatamente! ", confirma a ave ao menear a cabeça. "Na Inglaterra de 1779, encontramos os fiadores de algodão de Lancashire enviando petições à Câmara dos Comuns para obter a interdição das novas máquinas que estão sendo introduzidas na indústria local. A revolta que cresce em surdina é tão grande e o silêncio das autoridades tão profundo que, para fazer ouvir sua voz, operários e operárias arremetem contra os novos equipamentos. A dar origem ao movimento é um trabalhador chamado Ned Lud que se atira contra um tear mecânico e incita os colegas a fazer o mesmo. Do seu sobrenome nasce o termo «luddismo» com o qual, a partir de agora, será identificada toda ação que visa destruir as máquinas como forma de se rebelar contra as relações de trabalho que ganham corpo na cidade e no campo".

- "Você... poderia ser um pouco mais clara...?".

- "Acontece que, neste momento histórico, tanto os artesãos (obrigados a fecharem suas oficinas em função dos baixos preços dos produtos industriais) , como os recém-assalariados, (todos eles ex-artesãos e ex-camponeses que se esfolam durante longas jornadas de trabalho sem conseguir um mínimo de sustento para suas famílias), vêem na introdução das máquinas e nas relações de produção que estas permitem implementar a razão de ser da miséria, hoje

companheira inseparável de suas vidas. Por isso, diante da impossibilidade de pensar um futuro diferente no qual a tecnologia resolve boa parte da luta humana pela sobrevivência, a destruição dos novos equipamentos é vista como uma medida essencial para que trabalhadores e trabalhadoras possam voltar ao passado, ou seja, a condições de vida mais dignas.

Ao se deparar com a ameaça deste movimento atingir a produção da lã, o governo reage atualizando a lei que proíbe a formação de coalizões operárias e construindo quartéis da cavalaria em todos os centros industriais com o objetivo de proporcionar a imediata contenção das desordens. Ou seja, diante do progressivo empobrecimento da população que aumenta o risco de convulsão social, a opção do Estado não é pela distribuição da riqueza produzida, mas sim pela repressão e pelo aprimoramento dos meios legais que justificam o uso da força contra a revolta das maiorias.

Pressionados e coagidos por todos os lados, os luddistas recuam até que, em 1811, operários e trabalhadores a domicílio se unem para responder à piora das condições de vida provocada pelas guerras nas quais a Inglaterra esta envolvida. Em Nottinghamshire, os artesãos chapeleiros quebram centenas de ferramentas e saqueiam as casas de seus mestres. A revolta atinge as manufaturas e, em pouco tempo, se espalha pelas regiões vizinhas. Assustado, o Estado só consegue restaurar a ordem graças a uma vigorosa intervenção militar e a aprovação de uma lei que pune os destruidores de máquinas com a pena de morte.

Na França, as revoltas operárias percorrem o mesmo caminho sem atingir, porém, a extensão e a coordenação que se registra em solo inglês. As principais manifestações de descontentamento ocorrem em Falaise, em 1788. Nos anos seguintes, eventos esporádicos são registrados também em Saint-Etienne, Lille, Aude, Tarn, Clermont-L'Herault, Vienne, Mortange e Lyon, acompanhados de greves e até mesmo de algumas negociações entre patrões e representantes dos trabalhadores.

Nestas cidades, homens e mulheres de todas as idades quebram as máquinas enfiando seus tamancos de madeira nas engrenagens que as fazem funcionar. Deste gesto de rebeldia nasce a palavra sabotagem que vem de sabot, tamanco, em francês. Via de regra, trata-se de ações de curta duração, mal-coordenadas e rapidamente esvaziadas ora pela intervenção da polícia, ora pela demissão dos rebeldes ou por pequenas concessões dos empresários.

Só mais de quatro décadas depois, em Lyon, o operariado dá vida a um movimento insurrecional que assusta a elite. Em 1831, cerca de 9.000 assalariados de indústrias, comércios e oficinas artesanais dão vida a uma associação que, sem quebrar uma única máquina e contando com o apoio do prefeito, bloqueia a produção e fixa o pagamento de um nível mínimo de salário como condição para a retomada do trabalho. A recusa dos empregadores em aceitar as tabelas preparadas pelos funcionários faz a revolta explodir. A Lyon trabalhadora levanta a cabeça contra a exploração sem atos violentos e aprimorando a ajuda mútua entre os participantes do movimento. Apesar disso, a elite não pode permitir que sua ordem seja questionada por simples operários. Dias depois, o Marechal Soult e seus 26.000 homens restabelecem com a força o poder dos patrões.

Nas respostas às ações que dão cor e forma ao início do processo de conscientização da classe trabalhadora, milhares de homens e mulheres consumidos pela fome experimentam na própria carne o que Adam Smith escrevia anos antes no seu livro sobre a riqueza das nações: «O governo civil, na medida em que é instituído para a segurança da propriedade, é na realidade instituído para a defesa do rico contra o pobre, ou dos que têm propriedade contra os que nada têm»".

- "Um duro e amargo aprendizado, sobretudo se levamos em consideração que operários e operárias lutam apenas para conseguir condições mínimas de sobrevivência. ..", diz o secretário surpreso e desconcertado.

- "Mas há bem mais do que enfrentamentos e derrotas", intervém Nádia com um tom de voz preocupado em regatar elementos que podem ser esquecidos nas dobras do tempo. "No longo caminho que leva os trabalhadores de um determinado ofício a perceberem a necessidade de se unirem para defender os seus interesses, de superar os limites do ambiente em que trabalham, de se tornarem classe e de lutarem por uma sociedade sem explorados e sem exploradores, encontramos aqui os passos essenciais que, com formas e intensidade diferenciada, marcam a história do movimento sindical de todos os países. Na medida em que o operariado sente a necessidade de organizar a resistência coletiva para dar fôlego às suas lutas, começa a fazer do companheirismo e da solidariedade duas peças-chave para começar a superar o individualismo e a competição estimulados pelos patrões no interior da própria classe.

Estou me referindo, por exemplo, aos inúmeros casos em que trabalhadores e trabalhadoras das mais variadas empresas usam parte dos limitados recursos de que dispõem para dar vida a organizações de ajuda recíproca que procuram oferecer um mínimo de proteção em caso de doença, acidente e morte de um de seus membros. Sem poder contar com nenhum tipo de apoio por parte dos empresários ou do Estado, a classe busca saídas para, de início, não deixar as famílias totalmente desamparadas e, em seguida, poder ampliar sua capacidade de resistência diante dos abusos sofridos. É assim que, além de passar o chapéu na coleta de fundos, o operariado começa a organizar cooperativas com o propósito de derrotar a prática patronal de pagar parte dos salários com gêneros alimentícios de primeira necessidade a serem comprados em armazéns mantidos pelas próprias empresas. De qualidade ruim e preços bem mais elevados do que os praticados pelos demais comerciantes, as mercadorias vendidas diretamente pelas empresas são, de fato, uma forma de ampliar os lucros das indústrias com a fome de seus funcionários. Surgidas na Inglaterra ao longo da segunda década do século XIX, as cooperativas já são 400 em 1833 e, em 1880, contam com nada menos do que 1000 armazéns e 550.000 sócios.

Ao lado deste esforço, o prolongamento das greves e as dificuldades impostas pela sobrevivência quando de sua eclosão exigem que operários e operárias se cotizem para alimentar suas caixas de resistência. À ajuda solidária, acrescenta-se agora o compromisso de juntar recursos para sustentar e ampliar o poder de barganha dos movimentos grevistas.

Obrigadas a nascer e a crescer na informalidade e, não poucas vezes, na clandestinidade, estas atividades acabam constituindo a base sobre a qual, a partir da lei de 1825 que autoriza sua constituição, vão despontar os primeiros

sindicatos oficialmente reconhecidos. Ou seja, não é uma norma criada pelo Estado a dar vida às organizações sindicais, mas sim um intenso trabalho de base, silencioso e subterrâneo que, ao poder manifestar abertamente seus resultados, dá sustentação às novas formas pelas quais a classe vai fortalecer suas fileiras.

A velocidade com a qual este movimento vai se consolidar em cada país depende tanto do desenvolvimento do próprio capitalismo e das contradições por este alimentadas, como da tradição de luta e das pressões que aliados e adversários exercem sobre a própria classe trabalhadora. O fato é que a formação dos que podemos chamar de militantes sindicais se dá inicialmente no âmbito de uma organização corporativa que busca defender seus integrantes contra as ameaças trazidas pelas péssimas condições de vida e de trabalho a que estão submetidos. É neste contexto que, entre inúmeras dificuldades, a consciência política da classe ensaia seus primeiros passos na medida em que o próprio operariado vai descobrindo sua capacidade de organização, sua força e, entre mil incertezas e dificuldades, vai moldando sua recusa a se submeter a uma ordem social que o exclui da riqueza produzida pelo seu trabalho.

Em outras palavras, o sindicato não nasce quando a elite reconhece a possibilidade da sua existência, mas sim quando os explorados praticam coletivamente o significado do termo que expressa agora um dos instrumentos pelos quais a classe trabalhadora rejeita a possibilidade de se resignar com a espoliação à qual está sendo submetida. Ser sindicato significa justamente exercer coletivamente a função de síndico, ou seja, daquele que é o defensor (syn, em grego) da justiça (diké).

- "Quer dizer, então, que o jeito é fazer com que a luta aconteça entre os muros da fábrica?", deduz o homem ao tirar conclusões apressadas.

- "Não é isso que eu quis dizer", rebate imediatamente a coruja para evitar possíveis confusões. "Uma coisa é propor que tudo se restrinja ao ambiente de trabalho e outra, bem diferente, é afirmar que o sindicato nasce no interior das fábricas, mas com uma atuação que não pode permanecer presa nos limites estabelecidos por seus muros. Como já vimos, além das ocasiões em que os movimentos nascidos no ambiente fabril atingem outros setores sociais há outras em que a explosão da revolta fora dele acaba envolvendo os operários e se ampliando nas demais atividades econômicas da região.

É o que ocorre, por exemplo, no condado de Mayo, na Irlanda, onde Charles Cunningham Boycott administra os negócios do Conde Erne. Diante da truculência com a qual trata os empregados e de sua recusa em negociar qualquer melhoria nas condições de trabalho, estes respondem convidando os moradores dos povoados a não consumirem os produtos vindos das propriedades ou negócios do Conde. A adesão popular conseguida pelos trabalhadores provoca um grande prejuízo aos cofres do nobre que acaba afastando o seu administrador. Em pleno século XIX, camponeses e operários das manufaturas dão vida a uma forma de luta que supera os estreitos limites do ofício e, daquele momento em diante, passa a ser conhecida, justamente, pelo nome de boicote.

Além disso, na Inglaterra, os enfrentamentos travados com a polícia e os governos dos patrões no período anterior dão vida a um movimento que busca estender o direito de voto a todos os cidadãos. A idéia tem como ponto de

partida a constatação de que se o governo pode proteger os lucros dos patrões locais da concorrência comercial promovida por outros países e faz leis para garantir suas propriedades e privilégios em prejuízo das maiorias, deve ser possível usar a lei para aumentar os salários, garantir a redução da jornada de trabalho e assegurar direitos que melhorem as condições de vida dos de baixo. Mas, como não dá pra esperar isso dos legisladores que já atuam no Parlamento, a única possibilidade de conseguir esta façanha passaria pela conquista do direito de voto com o qual os trabalhadores poderiam escolher parlamentares comprometidos em aprovar normas que os beneficiem. É assim que, em 1838, ganha corpo um movimento conhecido pelo nome de cartismo".

- "Car... o que?"

- "Cartismo, nome que vem da Carta do Povo, o documento no qual seus formuladores reivindicam o sufrágio universal para os homens, a eleição anual do Parlamento, a eliminação da exigência de qualquer título de propriedade como condição para as pessoas se candidatarem, o pagamento de salários aos membros eleitos para a Câmara dos Comuns (o que possibilitaria aos pobres poderem desempenhar as funções legislativas) , a eleição por voto secreto para evitar as intimidações de patrões e latifundiários e a igualdade de condições nos distritos eleitorais.

O movimento é integrado por grupos de várias orientações ideológicas que incluem de representantes interessados e favoráveis ao progresso e desenvolvimento da indústria a líderes de associações contrárias à introdução das máquinas na manufatura.

Em pouco tempo, graças a seus vínculos com o meio operário, o setor radical do movimento, encabeçado por Fergus O'Connor, tem a melhor sobre as tendências moderadas e, além das mudanças na ordem político-eleitoral, reivindica, como objetivo da mesma luta, o direito ao trabalho, a socialização da terra e o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção. Greves e enfrentamentos se espalham por várias regiões da Inglaterra e culminam com a greve geral de um mês, realizada em 1842. Com suas manifestações duramente reprimidas e as reivindicações recusadas, o cartismo começa a declinar. Em 1848, por conta dos acontecimentos que sacodem a França, o movimento conhece uma pequena retomada das atividades. Novamente atingido pela repressão, acaba sucumbindo de vez em 1849".

- "Ao que tudo indica, trabalhadores e trabalhadoras lutaram muito, ganharam pouco e, se bobear, agora estão pior do que antes de começar seus movimentos.. .", diz o secretário sem esconder sua decepção.

- "Nisso você está redondamente enganado!" – rebate a ave ao apontar a asa esquerda para a cabeça do homem entretido a escrever as últimas palavras do relato. "Por duras que tenham sido, as lutas da classe trabalhadora dão passos importantes tanto na tarefa de pôr limites à exploração como de abrir perspectivas para o futuro. Apesar de violentamente reprimidas, muitas greves e manifestações conquistam aumentos salariais, conseguem pequenas melhorias nas condições de vida dentro e fora das fábricas, ajudam a desmascarar a ação dos patrões e do governo, além de colocar em evidência quais são os interesses sociais defendidos pela polícia e pelo exército de seus países.

Na medida em que este processo avança, suas formas de organização ganham consistência, sua capacidade de ler a realidade se amplia e novos objetivos começam a ser traçados pelos tortuosos caminhos que levam trabalhadores e trabalhadoras a tomarem consciência de sua condição operária, da impossibilidade de voltar ao passado artesanal e da necessidade de intervir em várias frentes para garantir o seu espaço nas decisões que orientam a vida em sociedade. Ora tímida, ora impetuosa, ora assustada, ora desafiadora, a classe começa a perceber o tamanho da exploração a que está submetida, a buscar caminhos para sair do conformismo e ensaiar os primeiros gritos de liberdade. A seu modo e com a insegurança típica de quem dá os primeiros passos, os enfrentamentos dentro e fora das fábricas começam a colocar questões incômodas como a que Percy Bysshe Shelley, morto em 1822, expressa neste poema:

Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria?

Por que tecer com esforço e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem?

Por que alimentar, vestir e poupar, do berço até o túmulo,

Esses parasitas ingratos que exploram nosso suor, que bebem nosso sangue?

Por que, abelhas da Inglaterra, forjar muitas armas, cadeias e açoites

Para que esses vagabundos possam desperdiçar o produto forçado de vosso trabalho?

Tendes acaso ócio, conforto, calma, abrigo, alimento, o bálsamo gentil do amor?

Ou o que é que comprais a tal preço com vosso sofrimento e com vosso temor?

A semente que semeais, outro colhe. A riqueza que descobris fica com outro.

As roupas que teceis, outro veste. As armas que forjais, outro usa.

Semeai – mas que o tirano não colha. Produzi riqueza – mas que o impostor não a guarde.

Tecei roupas – mas que o ocioso não as vistas. Forjais armas – que usareis em vossa defesa."

Terminada a declamação, Nádia emite um longo suspiro e deixa que o silêncio tome conta da sala teimosamente iluminada pela fraca luz da vela. Na escuridão da noite, os versos do poeta parecem ecoar insistentemente entre as paredes frias para sublinhar que ainda há tudo por fazer e que aqueles que deram vida ao passado entregam agora o bastão aos que, seguindo seus passos, herdaram seus dilemas, anseios e esperanças.

Mergulhados nesta estranha e contraditória mistura de dor e alegria, os ouvidos captam um novo convite:

- "Muito bem, está na hora de dirigir a nossa atenção ao Brasil. Por isso, vamos continuar o nosso passeio pela história do movimento sindical tratando do período que vai..."

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DE BASE: HISTÓRIAS, DILEMAS E DESAFIOS.

Emilio Gennari – parte 2.

2. Do fim da escravidão à primeira guerra mundial.

Compenetrada, Nádia começa a se movimentar de um lado pra outro. As expressões que desenham o seu rosto revelam o esforço de reunir os dados que marcam a história deste período.

Sem pronunciar palavra, o secretário acompanha os passos da coruja apoiando a mão esquerda nos papéis que aguardam a continuidade do relato. Momentos de espera permitem a ave e homem recuperar o que precisam para enveredar em mais uma etapa de sua longa jornada.

De repente, o pequeno ser pára, gira o corpo e com voz firme anuncia:

- "O que as pessoas não sabem ou nem sempre levam na devida consideração é que a formação da classe operária no Brasil ocorre enquanto o escravo empregado nas fazendas ainda constitui a força de trabalho que produz a quase totalidade da riqueza destinada à exportação.

Como já tratamos dos quilombos e do processo que levou à assinatura da Lei Áurea em outro estudo, aqui vamos nos limitar a resgatar o fato de que, entre 1850 e 1920, só o estado de São Paulo recebe mais de um milhão e meio de trabalhadores estrangeiros. Atraídos pelas promessas de uma vida melhor, milhares de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, poloneses, entre outras nacionalidades, deixam sua terra natal em busca de condições mais dignas de vida e de trabalho.

O que move a quase totalidade dos emigrantes que desembarcam em solo brasileiro é o sonho de fazer a América, ou seja, de conseguir rapidamente recursos suficientes para voltar às nações de origem e montar lá as atividades econômicas que garantiriam o seu sustento. Ainda que parte deste contingente tenha se unido ao fluxo de migrantes para escapar da perseguição policial a suas atividades políticas na Europa, a bagagem da quase totalidade das pessoas que responde aos convites dos recrutadores de força de trabalho está repleta do sonho de ter acesso a um enriquecimento tido como rápido e certo.

O problema é que as fazendas de café nas quais se destinam a substituir o negro escravo transformam suas vidas num verdadeiro pesadelo. Diante da dura realidade, mais do que a consciência de classe trazida de seus locais de origem, é a frustração da esperança de fazer o próprio pé-de-meia a dar vida às primeiras revoltas".

- "Sendo assim – diz o secretário ao coçar a cabeça -, deve ter gente que vai fazer o impossível para deixar os cafezais e procurar a sobrevivência em outros lugares...".

- "Exatamente! ", confirma a ave franzindo a testa. "Cumpridas as obrigações com os fazendeiros que haviam contratado seus serviços, homens e mulheres de todas as idades se dirigem ora em direção ao interior, em busca de um pedaço de terra, ora para o trabalho nas fábricas que, pouco a pouco, vão se instalando nos grandes centros urbanos.

Graças a este fluxo migratório, a cidade de São Paulo que, em 1892, conta com 31.385 habitantes, vê sua população saltar para 239.820, em 1910, um aumento de 764% em 18 anos. Pressionado por este crescimento, o município conhece um rápido proliferar dos loteamentos. Quem dispõe de alguma economia ou de certo poder aquisitivo tem a possibilidade de morar decentemente, mas não é esta a perspectiva que se desenha para a grande maioria das pessoas.

Apesar da lei nº. 468, de 14 de dezembro de 1900, isentar de impostos as casas dos operários, permitir a utilização de materiais de qualidade inferior para a sua construção e abrir mão de uma série de exigências na execução das obras, os custos dos 30 metros quadrados mínimos de área construída somados ao preço do lote perfazem um total não inferior a 2:500\$000 Réis. Sabendo que, neste período, um operário ganha em média 5\$000 Réis e que, além do aluguel, ele deve gastar com comida, roupas, remédios e demais etceteras, a possibilidade de acesso à casa própria não passa de uma ilusão. A desgraça de muitos, porém, acaba fazendo a riqueza de poucos. De fato, a lei que deveria facilitar aos pobres o acesso à moradia, acaba sendo uma mão na roda para os ricos que vêm na construção das vilas operárias em loteamentos desvalorizados a possibilidade de erguer ambientes a serem alugados pelos funcionários das indústrias em condições que garantem um retorno elevado sobre o dinheiro investido.

Por outro lado, a descrição da relação entre os salários ganhos nas empresas e o custo de vida, publicada no jornal 'A terra livre', de São Paulo, em 24 de março de 1906, nos dá uma idéia do drama vivido pelos operários. No artigo publicado sob o título, 'O trabalho na fábrica', lemos: 'A fábrica do Ipiranguinha emprega, das 5.30 da manhã às 6.30 da tarde com uma hora para o almoço, perto de 500 operários, os mais novos dos quais estão lá há uns três anos. Na fiação, a maioria dos operários oscila entre 10 e 30\$000 Réis mensais; e note-se que as crianças – mantidas na prisão naquela idade, em que o ar e a luz são tão necessários – em vez de serem auxiliares da família, são aproveitadas pela indústria como concorrentes aos adultos, cujos salários elas fazem rebaixar.

Na tinturaria, os operários trabalham 11 horas diárias em cima da tina cheia de água a 50 graus, e com ácidos! Muitas vezes os tintureiros são obrigados a ficar em casa, porque têm as mãos cozidas – cozidas é o termo! Tudo isso por \$300 Réis por hora.

A tecelagem é numa sala com 4 janelas e 150 operários. O salário é por obra. No começo da fábrica, os tecelões ganhavam em média 170\$000 Réis mensais. Mais tarde, não conseguiam ganhar mais do que 90\$000; e pelo último rebaixamento a média era de 75\$000!

E se a vida fosse barata! Mas as casas que a fábrica aluga, com dois quartos e uma cozinha, são a 20\$000 Réis por mês; as outras são de 25 a 30\$000 Réis. Quanto aos gêneros de primeira necessidade, em regra, custam mais do que em São Paulo.

E há muito pior. O armazém da fábrica leva mais caro ainda do que fora, e desconta no salário a despesa feita durante o mês! Às vezes o salário fica lá todo! Se por isso o operário precisa de dinheiro para pagar a casa, a fábrica empresta-lhe, ficando com crédito sobre o futuro salário.

Este engenhoso sistema de exploração múltipla, com a casa, com a venda de gêneros e com a oficina, - quase toda a exploração burguesa reunida - iremos encontrá-la noutras penitenciárias industriais e agrícolas deste abençoado país!

A tudo isso juntemos as péssimas condições higiênicas do presídio e o feroz autoritarismo aí reinante. Se, por exemplo, um operário está mais de 5 minutos na latrina, o guarda começa a dar pontapés na porta'.

Bastam estas linhas para entender porque, freqüentemente, mesmo com as mulheres e crianças trabalhando ininterruptamente, as famílias operárias devem se conformar em morar nas favelas ou cortiços onde, em um único quarto sem luz e sem água, não é raro encontrar dezenas de pessoas que se amontoam no pouco espaço disponível".

- "E, pelo visto, a vida nas fábricas deve ser também muito dura...".

- "Neste caso - diz a coruja ao apontar a asa para o peito do secretário - basta o relato de Jacob Penteadado em 'Belenzinho 1900', para termos uma idéia do que acontece no interior dos galpões. Ao falar da Cristaleria Itália, o autor escreve: 'o ambiente era o pior possível. Calor intolerável dentro de um barracão coberto de zinco, sem janelas nem ventilação. Poeira micidial, saturada de miasmas, de pó de drogas moídas. Os cacos de vidro espalhados pelo chão representavam outro pesadelo para as crianças, porque muitas trabalhavam descalças ou com os pés protegidos apenas por alpercatas de corda, quase sempre furadas. A água não primava pela higiene nem pela salubridade.

Acrescentem- se a isso os maus tratos dos vidreiros, muito comuns naquele tempo. Havia mais, porém. Os meninos deviam estar na fábrica quase uma hora antes dos oficiais, porque tinham de encher de água os latões e tinas, onde os vidreiros mergulhavam as canas e os ferros de fazer bocas, quando necessitavam de arrefecê-los, e, também, deviam acender os forninhos onde as peças eram reaquecidas para o acabamento. Assim, em dias normais, as horas de trabalho dos meninos eram dez e, quando a fusão do vidro retardava, aumentavam para onze, doze e até quinze.

Muitos deles moravam distante da fábrica e não tinham tempo de irem para casa almoçar ou jantar, nem de buscar o lanche à tarde. E a aflição das pobres mães, que jamais poderiam saber o que estaria acontecendo!

Os latões de água ou as tinas pesavam, em geral, de 20 a 30 quilos. Os pobres meninos levavam-nos junto ao peito, com a orla do recipiente colada ao rosto. Devido ao peso, andavam a passos incertos, tropeçando a cada instante, e a água, então, sacudida, transbordava e ensopava as míseras roupinhas, que acabavam secando no corpo. Os coitadinhos, na maioria, vestiam apenas uma camiseta de malha e calças até os joelhos.

Fazia-se fila junto à torneira, na maior aflição. Cada qual ansiava por desobrigar-se quanto antes, porque, ao chegarem os vidreiros, se a água não estivesse no lugar apropriado, os meninos apanhariam feio.

Havia sempre os infelizes, os menores de 7 ou 8 anos, que ficavam por último, pois não podiam enfrentar os maiores, que empregavam a força, tomando-lhes a dianteira na bica. Era a lei do mais forte.

Os meninos sempre foram indispensáveis na fábrica de vidro. Muitas tarefas auxiliares só eles podiam executar, sem contar que representavam mão-de-obra a preços dos mais vis. Ganhávamos apenas \$700 Réis por dia. Começávamos por levar a peça de vidro, já acabada, para a arca de recozimento (...). Usavam uma pá de cabo de ferro, comprido, para colocarem a peça bem no fundo da arca, com a ponta em forma de telha, forrada de papelão mole, onde pousavam a garrafa ou o frasco. (...) Outros cuidavam dos moldes onde os oficiais punham o vidro já elaborado, para tomarem a forma adequada. Esses eram denominados 'fechadores de formas'. Ficavam metidos num buraco, abaixo do nível do solo, na mais completa imundície, e seu trabalho consistia em fechar as duas partes do molde, quando o vidreiro ali pusesse o vidro.

Depois, segurar bem forte os dois cabos do molde, enquanto o oficial soprava a plenos pulmões. Hoje, há aparelhos mecânicos que introduzem o sopro, mas, àquele tempo, era tudo executado «no bafo». E aí do coitado se, cedendo à violência do sopro, deixasse abrir os moldes, ficando a peça perdida. O vidreiro, lá de cima, metia o pé, sem dó, na cabeça do menino. Vi, certa vez, um vidreiro furioso porque a peça ficara inutilizada, despedaçá-la na cabeça do mal-aventurado aprendiz, que berrava feito louco, pois os pedaços de vidro, ainda quente, penetravam-lhe pela camiseta adentro. E o monstro ainda ria, ao ver sua vítima pulando de dor..!"

- "Meu Deus! Isso chega a dar arrepios!", prorrompe o homem enquanto a mão, cansada, solta a caneta.

- "Na verdade, o que acabamos de apresentar é apenas um exemplo de uma realidade muito comum nas fábricas que vão se instalando nas periferias das grandes cidades. Diante do crescente exército de desempregados, a preocupação com o ser humano que trabalha cai em segundo plano. Baixos salários, trabalho infantil, longas jornadas, péssimas condições de higiene, nenhum cuidado com a segurança e a prevenção de acidentes, pressões constantes da chefia e a frustração do sonho de fazer a América não produzem somente a pobreza da classe operária, mas o seu próprio embrutecimento.

Some a isso as condições de moradia, descritas anteriormente, e não terá dificuldades em entender tanto o proliferar das doenças e infecções que matam milhares de trabalhadores, como as situações de violência, alcoolismo, prostituição e demais problemas que agravam o cotidiano da vida fora do ambiente fabril.

É em meio a este clima de precariedade e incertezas que, sem poder contar com nenhum tipo de assistência por parte do Estado e dos patrões, os trabalhadores são chamados a construir sua resposta à situação de desespero e abandono em que se encontram".

- "Construir a união entre os condenados a este inferno não deve ter sido fácil..."

- "E não foi" – confirma Nádia ao piscar os olhos. "A primeira resposta que os operários vão forjando ao longo do século XIX busca proporcionar um mínimo de ajuda financeira aos colegas, ou às suas famílias, quando alguma desgraça vem aumentar ainda mais a carga de sofrimento e humilhação a que estão submetidos. Estou me referindo, especificamente, às associações de mútuo socorro que, longe de lutar para melhorar as condições de vida e de trabalho, têm como objetivo único proporcionar algum auxílio toda vez que seus associados são vítimas de acidentes, doenças, mortes ou acabam presos pela polícia após qualquer manifestação de revolta no interior dos galpões.

Entre as primeiras organizações das quais temos notícia, está a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, fundada em 1836, por dez carpinteiros que se juntam para criar um caixa comum, alimentado por uma cotização mensal. Desafiando a lei que proibia qualquer forma de associação por parte dos trabalhadores, os fundadores são obrigados a agir às escondidas e, apesar disso, não poucas vezes alguns de seus membros acabam nas delegacias sob a acusação de tentar subverter a ordem. Serão necessários cinco anos de atividade informal antes que a associação possa se tornar pública, mas só 46 anos depois da sua fundação, em 1882, é que seus sócios poderão ter os estatutos oficialmente reconhecidos.

Desde logo, os trabalhadores aprendem que qualquer movimento para somar forças será visto pela elite como ameaça à sua ordem na medida em que uma das formas de garantir a exploração passa, necessariamente, pelo fortalecimento do individualismo que abandona cada trabalhador à sua própria sorte e transforma o colega em concorrente a ser derrotado. Além disso, o reconhecimento institucional do que é por eles criado só pode vir como resultado de um árduo esforço de organização no qual a força da união é construída por debaixo dos panos, dia após dia, num compromisso invisível de proteger seus associados e abrir caminhos para que, ao se tornar fato consumado, possa ter condições de ampliar o seu alcance".

- "O que não entendo – diz o ajudante entre a dúvida e o desconcerto – é por que a elite demonstra tanta preocupação diante de algo que tem caráter meramente assistencial. ..".

- "Pelo visto, as grossas lentes dos seus óculos não conseguem enxergar o que qualquer míope da minha espécie vê com clareza cristalina. Na medida em que o companheirismo e a solidariedade vencem as barreiras impostas pela divisão e o embrutecimento que reinam entre os operários, criam as condições que, ao

fortalecer laços de confiança recíproca, possibilitam que trabalhadores e trabalhadoras apontem objetivos maiores. O auxílio obtido nas desventuras da vida forja o ambiente no qual a reflexão coletiva começa a ver as reações individuais diante da exploração como algo que não deve ser condenado, mas que precisa sim ser ampliado para derrotar as condições de trabalho impostas e das quais dependem os males que as associações de socorro mútuo procuram minorar.

Além dessas sociedades se espalharem pelo Brasil inteiro, elas começam a ganhar um caráter de resistência diante dos patrões. É assim que, por exemplo, em 1853, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, da cidade do Rio de Janeiro, passa a entender a ajuda solidária não só como prestação de serviços assistenciais aos associados, mas sim como uma força que deve ser capaz de apresentar as exigências destes a seus empregadores. Cinco anos depois, será ela a comandar a greve dos tipógrafos que, em 1858, vai paralisar as oficinas gráficas do Diário do Rio de Janeiro, do Correio Mercantil e do Jornal do Comércio para exigir aumentos salariais. Mais do que resolver os problemas da sobrevivência operária, os 10 tostões a mais conseguidos pelo movimento demonstram que a classe pode organizar novas respostas aos desmandos patronais.

O exemplo da capital fluminense é seguido, em 1863, pelos operários da estrada de ferro Dom Pedro II; em 1866, pelos comerciários e caixeiros do Rio de Janeiro que entram em greve para exigir o fim do trabalho noturno e aos domingos; em 1877, pelos carregadores do porto de Santos que conseguem aumentar seus salários; e, em 1881, pelos jangadeiros do Ceará que, ao paralisarem o transporte dos escravos, contribuem, de quebra, para a abolição da escravidão naquele estado.

Longe de poder falar de um fenômeno amplo e ameaçador, pois a classe operária propriamente dita é extremamente pequena, o que temos é uma espécie de ensaio de resposta do trabalhador coletivo que, entre 1890 e 1910, vai marcar presença cada vez maior na vida das cidades".

- "Quer dizer, então que é daqui que nascem os sindicatos?" .

- "Ainda que nem sempre o processo histórico acompanhe a evolução que vou delinear, podemos dizer que, até 1901, predominam as associações de caráter assistencial e beneficente. As relações de solidariedade por elas criadas dão origem a um sentimento de coletividade que permite o desabrochar das primeiras Ligas de Resistência. Entre 1903 e 1905, a cidade de São Paulo, principal centro industrial do país, conhece um grande proliferar destas formas de associação que vão somando forças em torno da Federação Operária nascida no estado. Deste fervilhar de agremiações, nascem os primeiros sindicatos que, em seus primórdios, se definem como organismos de resistência e de luta pelos interesses profissionais e econômicos dos trabalhadores, organizados, orientados e mantidos pelos trabalhadores sem que haja interferência por parte do Estado e dos patrões. Dirigidos em sua maioria por militantes anarquistas de várias procedências, os sindicatos recém-fundados têm como objetivo imediato a conquista de melhores condições de trabalho e, como meta de longo prazo, a derrocada do capitalismo.

Unidos em volta da identidade criada pela defesa dos interesses corporativos ou de ofício, as entidades sindicais de algumas categorias buscam seu próprio

fortalecimento organizando nos locais de trabalho conselhos de representantes que sirvam de elo entre a base e o sindicato. A necessidade de ouvir e debater constantemente as idéias que marcam presença entre o operariado encurta as distâncias entre as bases e suas direções, alimenta a participação ativa e contribui significativamente para que operários e operárias assumam progressivamente a responsabilidade de decidir o futuro da luta. Isso faz com que, neste período, o sindicato não seja uma estrutura alheia ao cotidiano da classe, mas possa ser definido como trabalhador organizado em seu local de trabalho. Graças a esta inserção, a violenta repressão policial que invade e fecha as sedes das organizações operárias, não consegue impedir que a luta continue sem grandes sobressaltos.

Apesar de terem suas raízes fincadas no interior das fábricas, não podemos dizer que a ação sindical limita-se ao âmbito da categoria. Na medida em que as mobilizações e os enfrentamentos ganham corpo, estabelecem-se relações com sindicatos de outros setores ou de cidades próximas. Pouco a pouco, este movimento leva à criação de intersindicais e de federações que reúnem trabalhadores da mesma ou de outras profissões em nível local, regional e estadual.

Neste processo pelo qual a classe vai forjando as organizações que buscam ampliar e dar alento às suas lutas, em 1906, o 1º Congresso Operário realizado no Brasil dá o pontapé inicial à criação da Confederação Operária Brasileira (COB) que, desde logo, conta com a adesão de dezenas de sindicatos e federações estaduais e cujo trabalho efetivo vai se desenvolver a partir de 1908, ano em que também começa a circular o jornal 'A Voz do Trabalhador', órgão da confederação.

Entre as principais conclusões do congresso, encontramos a recomendação de que as organizações operárias sejam independentes do Estado e dos patrões, não esperem pela ajuda de políticos e não permitam que os sindicatos se tornem o âmbito em que se inserem as disputas partidárias, pois isso acabaria criando inimizade e desunião entre os próprios trabalhadores. Os delegados reafirmam que o objetivo dos sindicatos é resistir ao capitalismo, reivindicar os direitos da classe e não proporcionar qualquer tipo de assistência beneficente a seus associados. Embora as cooperativas e as associações de mútuo socorro atraiam muitos trabalhadores para as fileiras do sindicato, elas acabam desviando a entidade de seu verdadeiro papel e, na medida em que aliviam os sofrimentos dos operários, levam a base a se acomodar, abrindo assim caminhos para ampliar a exploração. Por isso mesmo, o congresso recomenda que as caixas de mútuo socorro sejam separadas dos sindicatos que, por sua vez, devem criar fundos para sustentar as greves e as demais lutas reivindicatórias.

Para não criar inimizades e afastar interesseiros e aproveitadores, as organizações sindicais não deveriam ter funcionários pagos. Só em casos de extrema necessidade é que estas contratariam alguém por uma remuneração não superior à que seria paga se este militante estivesse trabalhando numa fábrica, em sua profissão. Além desta restrição, os delegados apontam que os sindicatos devem contratar, preferencialmente, companheiros inválidos, acidentados ou afastados por doença profissional aos quais não seria concedido o direito de votar e serem votados.

As resoluções recomendam também a criação de sindicatos femininos; que as organizações de resistência não admitam em seu quadro de sócios patrões, mestres, contramestres ou qualquer trabalhador que explore por conta própria o trabalho de outros operários ou de aprendizes; que as diretorias não ajam ou decidam por si próprias, separadas da massa, mas que se criem comissões das quais os associados podem participar assumindo, de igual para igual, a responsabilidade de tomar decisões e o poder de encaminhá-las; que greves, sabotagens, boicotes e demais formas de protesto se concentrem na luta pelo fim do salário por peça, pela jornada de 8 horas sem redução dos salários, contra o militarismo, as guerras e a intervenção das forças armadas nos enfrentamentos entre patrões e trabalhadores.

A partir destas definições, o movimento sindical no Brasil cresce e se desenvolve, aprimora suas formas de organização e o eixo de sua intervenção dando alento às lutas que vão pipocando em várias regiões do país".

- "Isso devia ser fácil para eles que pensavam todos do mesmo jeito e não havia tendências disputando espaço dentro e fora dos sindicatos.. .", comenta o secretário ao tentar marcar as diferenças entre o passado e o presente.

- "É aí que você se engana!", retruca imediatamente a coruja ao caminhar em direção do seu ajudante. "Uma simples análise dos documentos, jornais e panfletos desta época revela a existência de um intenso debate de idéias que passa bem longe do consenso que você supõe. Entre os próprios anarquistas, cuja orientação política predomina no meio operário, há pelo menos dois grandes grupos que apostam em estratégias de ação diferenciadas.

Os partidários de uma sociedade anárquica (ou seja, sem governo), via de regra, apontam para a necessidade de construir relações de completa igualdade entre todos os cidadãos a serem alcançadas não pela luta eleitoral, partidária ou pela intervenção de algum iluminado, mas sim pela ação direta das massas. Ora violenta, ora pacífica, seria por meio dela que trabalhadores e trabalhadoras assumiriam as rédeas da vida na nova sociedade rumo à qual os sindicatos são apontados como os principais instrumentos de luta.

O aparente consenso em volta desta definição geral não deixa transparecer duas orientações bem diferentes. De um lado, a dos anarquistas evolucionistas, que negam o Estado, denunciam a opressão capitalista, prevêm que o processo em direção a uma sociedade igualitária será lento, porém inevitável, apostam na ação da classe trabalhadora para levar o regime a ceder, sendo que a transição da sociedade capitalista à anárquica não seria necessariamente violenta.

Por outro lado, há uma corrente anarco-sindicalista que, ao ver na ação direta o único caminho pelo qual é possível pôr fim à sociedade de classes, proclama a necessidade de responder à violência burguesa com a violência proletária, não descarta o assassinato de personalidades de destaque do regime, a realização de uma greve geral revolucionária capaz de se apossar dos meios de produção, derrubar a elite no poder e destruir o sistema burguês. Setores desta corrente vão demonstrar certo receio quanto à luta sindical propriamente dita por temer que os movimentos por melhorias imediatas e as conquistas obtidas acabem acomodando os trabalhadores e se sobrepondo à preparação das condições para a revolução social que poria fim ao capitalismo.

Apesar das diferenças, os dois grupos condenam a participação de operários na política institucional, denunciam a doutrina da igreja como maléfica aos interesses operários e os padres como instrumento a serviço da dominação burguesa, afirmam que a caridade cristã não passa de um artifício para ocultar a exploração e acusam a elite de usar o patriotismo em proveito próprio.

Atuando freqüentemente junto aos anarquistas, encontramos os militantes socialistas. Favorável à greve toda vez que fracassa qualquer possibilidade de acordo amigável, este grupo acredita que, através da luta política e do acesso dos trabalhadores aos cargos de governo, é possível aprovar leis que garantam melhores condições de vida e de trabalho e o controle imediato da exploração capitalista. Por isso, além da ação sindical, esta corrente aposta na criação de um partido operário capaz de levar alguns de seus membros a ocupar cargos parlamentares. As reformas por estes promovidas aliviariam os sofrimentos da classe, elevariam sua influência na política nacional e encurtariam o caminho para a implantação futura do socialismo.

Ao lado deles, encontramos os representantes da que tem sido definida por alguns estudiosos de tendência sindical. Nos estatutos e declarações de objetivos de suas organizações, não há nenhuma expressão que aponte para a necessidade de uma mudança radical na ordem social existente. Em geral, seus documentos revelam o compromisso de lutar pelos interesses econômico-corporativo dos associados, pela regulamentação e a melhoria das condições de trabalho, pelo desenvolvimento moral, material e intelectual da classe, pela defesa dos associados nos limites da ordem e do direito, pelo fortalecimento dos laços de solidariedade das organizações sindicais do mesmo setor, pela implantação da instrução primária e de bibliotecas nas sedes destas associações, para fornecer ajuda financeira aos sócios atingidos por doenças, acidentes, ou que porventura venham a falecer, e para criar fundos que garantam a defesa da categoria, a sustentação das greves prolongadas e a luta contra qualquer imposição que amplie a exploração dos trabalhadores.

Depois de 1920, tendo como base a visão social da igreja veiculada pela encíclica '*Rerum Novarum*', em algumas regiões do país, começa a marcar presença também o sindicalismo católico, do qual falaremos mais adiante.

A seu modo, e nos limites impostos pela realidade local, o movimento sindical trava o debate político que já está presente entre os operários de vários países: centrar esforços para derrubar o sistema capitalista ou lutar apenas para que a classe trabalhadora viva nele em condições aceitáveis?

Cada corrente política, cada sindicato, cada associação vai realizar este debate entre os seus dirigentes e com a própria massa. Via de regra, todos os grupos apontados têm jornais, informativos e promovem atividades culturais pelas quais as idéias centrais e as divergências com as demais facções do movimento são apresentadas, discutidas e esmiuçadas diante de um operariado que, em sua maioria é analfabeto.

A formação política da base se dá ao ouvir um companheiro discursar, lendo uma notícia, assistindo a peças de teatro ou participando dos saraus e das comemorações que marcam os calendários da história. Através destas atividades, a militância trava uma disputa acirrada pelos corações e mentes de uma classe que reúne tanto imigrantes cujo único objetivo é juntar dinheiro para voltar à terra natal, como brasileiros natos, sem cultura, vindos das

fazendas e, não raras vezes, portadores de resquícios da escravidão recém-abolida. A necessidade de despertar os trabalhadores da apatia, de convencê-los a lutar por seus direitos, vencendo a falta de união, as rivalidades e o desapego às questões sociais, faz com que as várias correntes encontrem sua união nas lutas dentro e fora das fábricas que, em sua grande maioria, têm por objetivo a conquista de benefícios econômicos imediatos".

Após esta longa apresentação, Nádia pára e recosta o corpo numa pilha de livros próxima da vela. A voz calma e o tom sereno com o qual encerra esta parte do relato convidam o secretário a formular uma pergunta já esperada:

- "E, como é que os patrões e o Estado reagem diante das agitações operárias que dão vida a este período da história?"

Apoiada na parede improvisada, a coruja limpa a garganta e, sem titubear, responde:

- "Tratando qualquer demonstração de descontentamento como caso de polícia!"

- "Como assim?"

- "Neste período, a resposta do Estado e dos empresários tem na repressão violenta a marca registrada de uma elite que se nega a reconhecer a simples existência da questão operária. Direitos básicos, benefícios sociais e uma legislação que freie os abusos cometidos pelos patrões nos locais de trabalho, onde os funcionários assistem ao descumprimento diário dos contratos estabelecidos verbalmente com cada um deles, são vistos como absurdos por uma burguesia que não se dispõe a repartir a menor parte da riqueza produzida.

Prova disso é que, no início de 1904, o deputado Adolfo Gordo apresenta e leva à aprovação uma norma que concede à polícia poderes especiais para invadir e fechar as sedes das associações de trabalhadores, prender os líderes que nelas se encontram, reprimir a bala as desordens operárias, premiar a ação de delatores e espíões, e institui a pena de expulsão do país para os estrangeiros e de exílio para os seringais do Amazonas ou o sertão nordestino para os brasileiros condenados por envolvimento em atividades sindicais, bastando para isso a simples acusação apresentada por um patrão ou um fura-greve.

No campo da disputa ideológica, setores ligados ao governo procuram dar vida a sindicatos alinhados aos partidos no poder que sirvam de trampolim para a carreira política ou a obtenção de privilégios pessoais por seus supostos líderes e fundadores. Em novembro de 1912, o deputado Mario Hermes, filho do então presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, patrocina, em conluio com algumas lideranças sindicais, a realização do 4º Congresso Operário Nacional. Ninguém sabe ao certo porque foi chamado de 4º, pois, até àquele ano, o único congresso realmente operário e nacional havia sido o de 1906, mas o fato é que autoridades e imprensa dão todo apoio ao evento que se apresenta como um divisor de águas na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Diante da origem do convite, a maior parte das organizações operárias se nega a participar. Apesar dos pesares, porém, 33 sindicatos, atraídos pelas benesses oferecidas pelo governo, decidem enviar seus representantes.

Entre as conclusões do congresso, encontramos a incorporação de parte das reivindicações do movimento (como a jornada de 8 horas, o direito à aposentadoria, a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, uma legislação que proteja o operário em caso de acidentes) e demandas que entram em choque com a atuação das principais forças do movimento sindical. Ao propor a criação de um partido político que colabore com o governo e a transformação dos sindicatos em órgãos de assistência, beneficência e cooperativismo, os representantes governamentais e seus aliados no campo sindical procuram esvaziar o potencial contestador e reivindicatório das associações de luta e resistência, que vêm ampliando sua influência no meio operário, e atrelar qualquer possibilidade de ganho à política governamental vigente.

A tentativa de dividir o movimento avança também na medida em que os patrões começam a dispensar um tratamento diferenciado a portuários e ferroviários. Vinculadas ao transporte e ao carregamento do café, principal produto de exportação, as duas categorias ocupam um lugar estratégico pelo impacto de suas lutas sobre a economia e pela possibilidade real de paralisar indiretamente as atividades de outros setores. Ao reduzir seu descontentamento e tentar garantir certo grau de confiabilidade, os patrões tentam separá-los do operariado fabril com o intuito de reduzir o poder de barganha da classe trabalhadora.

Em breves palavras, este período, caracterizado pela repressão violenta ao movimento, conhece também pequenos ensaios pelos quais os de cima buscam levar os sindicatos a incorporar a política governamental e a atrelar suas ações às demandas da elite no poder".

- "Más notícias para os operários.... ", sussurra o ajudante ao desconfiar que nuvens escuras ameaçam as tênues esperanças da classe.

- "Más notícias sim, mas nada tão inesperado a ponto de paralisar a atuação sindical - confirma a ave ao levantar a ponta da asa direita para o lustre que pende do teto como um fantasma suspenso no ar. Por forte que seja, a repressão não consegue deter a organização operária. Fechada uma sede, outra é aberta poucos dias depois; preso um militante há sempre mais um a ocupar o seu lugar. Esta capacidade de renascer das cinzas deita raízes no grau de organização de base atingido pelos sindicatos e na clareza ideológica que orienta os setores majoritários do movimento a partir de uma visão classista da sociedade. São esses elementos que permitem realizar uma intensa campanha de repúdio à Lei Adolfo Gordo, rejeitar todas as tentativas de controle por parte do Estado e dos patrões e criar o clima de mobilização necessário para, em 1913, realizar o 2º Congresso Operário Brasileiro.

Além de reafirmar as decisões tomadas em 1906, os delegados apontam a necessidade de lutar por um salário mínimo nacional, de levar os operários a distanciar-se do sindicalismo católico e de preparar uma greve geral revolucionária no caso do país ser envolvido na guerra que projeta suas sombras de morte nos campos da Europa".

- "Você falou em guerra?!?".

- "Exatamente, querido secretário. Ao longo de 1913, o aumento das tensões entre as potências européias e os acordos militares por estas assinados levam a um endurecimento das relações que possibilitam a eclosão de um conflito de amplas proporções".

- "E... o que é que a Primeira Guerra Mundial tem a ver com o operariado brasileiro?" .

- "Pelo visto a sua cabeça humana não consegue entender que, para ser atingido pelos efeitos da guerra, o trabalhador daqui não precisa estar nos campos de batalha. A vida dele vai ser afetada pelo aumento do comércio com a Europa que traz em seu bojo a escassez de mercadorias e um forte aumento dos preços nos mercados locais".

- "Daria para explicar isso melhor?", pede o secretário ainda confuso.

- "Iniciada em 1914, a Primeira Guerra Mundial, impede que a Europa produza o que é necessário para sustentar a sua população e obriga os governos das nações envolvidas no conflito a comprar alimentos, roupas, armas, matérias-primas e ferramentas onde quer que haja possibilidade de fazer isso. A grande demanda que esta realidade introduz em nível mundial não é compensada pelo forte e imediato aumento da oferta destas mercadorias. Isso faz com que a escassez se instale tanto lá como nas economias que podem fornecer os suprimentos desejados.

Na medida em que começam a faltar gêneros de primeira necessidade para o consumo interno, a população brasileira se depara com uma progressiva elevação dos preços destes produtos e com o aumento da exploração da força de trabalho. Com a desculpa da guerra, os patrões engordam os cofres cobrando mais pelos que vendem, aumentando o ritmo e a jornada de trabalho e diminuindo os salários pagos para que, com a redução do consumo interno, sobrem ainda mais produtos a serem exportados por preços vantajosos.

Esmagados por esta realidade, os sindicatos começam a se mobilizar para protestar contra o aumento do custo de vida, da jornada de trabalho, do arrocho salarial e o grande número de despejos que jogam na rua milhares de famílias pela absoluta impossibilidade destas arcarem com o valor dos aluguéis. Ainda que grande parte da classe não tenha consciência da rivalidade de interesses que leva à eclosão do conflito mundial, a penúria que marca presença em suas casas transforma a luta contra a guerra num dos temas principais que agitam os protestos e as manifestações do 1º de maio de 1914.

Longe de ser amenizada com o passar do tempo, a escassez de gêneros de primeira necessidade é ampliada pela continuidade da guerra. Ao longo de 1916, o preço do arroz é reajustado em 81%, o do feijão em 74% e o do charque em 78%. Os comerciantes que têm alimentos armazenados aproveitam da situação para vender suas mercadorias por até 10 vezes mais do que valem. No ano seguinte, enquanto o povo passa fome, o governo exporta 22.000 toneladas de arroz, 30.000 de carne e 50.000 de feijão. O custo de vida sobe ainda mais.

Excelente negócio para os capitalistas, a guerra torna-se, em todos os sentidos, uma declaração de morte para os operários. Nos primeiros meses de 1917, não são poucas as fábricas que vêm suas atividades paralisadas pela eclosão de uma greve. Apesar da carestia e das maiores dificuldades financeiras que estas lutas trazem aos trabalhadores, não há mais como eles agüentarem os sofrimentos impostos pela guerra".

- "Isso quer dizer que a situação está preste a estourar..." , conclui o ajudante ao abrir os braços e fixar o olhar nos movimentos da coruja.

- "Na mosca!", confirma Nádia com um rápido movimento da asa esquerda que quase apaga a luz da vela. "Mas este assunto é grande demais para ser tratado aqui. Por isso, mantenha seus olhos e ouvidos bem abertos porque chegou a hora de falar da..."

3. A greve geral de 1917.